

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

197 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 26/2 a 1/3/2024

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Debate com a Presidente da Comissão Europeia sobre a Defesa europeia	1
Resolução sobre a Ucrânia	1
Discurso de Yulia Navalnaya e resolução sobre a oposição na Rússia	2
Relatório anual sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC)	2
Alargamento e reformas	3
Aprovação do Regulamento Restauro da Natureza	3
Novas regras de transparência para a propaganda política	4
Outros debates e resoluções	4
2. CIMEIRA DE APOIO À UCRÂNIA - PARIS	5
3. ALARGAMENTO DA UE - UCRÂNIA	6
4. ADESÃO DA SUÉCIA À NATO	6
5. 100 DIAS PARA AS ELEIÇÕES EUROPEIAS	6
6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Conselho dos Ministros da Agricultura e Pescas	8
Negócios Estrangeiros (Comércio)	8
Reunião informal dos ministros da Igualdade	8
Reunião informal dos Ministros da Educação	9
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9
Cooperação interparlamentar	9

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Esta semana foi dedicada à [sessão plenária](#) do Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo, destacando-se:

Debate com a Presidente da Comissão Europeia sobre a Defesa europeia

Num discurso (disponível [aqui](#)) sobre o **reforço da defesa europeia num panorama geopolítico volátil**, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou que um dos objectivos da **estratégia industrial europeia de defesa e do programa europeu de investimento na defesa (EDIP)**, que a Comissão Europeia deverá apresentar em **5 de março**, será incentivar as aquisições conjuntas no sector da defesa. Declarou que *"Temos de reforçar a nossa capacidade industrial de defesa nos próximos cinco anos. Um princípio simples deve guiar esta abordagem: a Europa deve gastar mais, gastar melhor, gastar a nível europeu"*.

Considerou, ainda, que *"A ameaça de guerra pode não ser iminente, mas não é impossível. Os riscos de guerra não devem ser exagerados, mas devemos preparar-nos para eles. E isso começa com a necessidade urgente de reconstruir, reabastecer e modernizar as forças armadas dos Estados-Membros. (...) a Europa deve esforçar-se por desenvolver e fabricar a próxima geração de capacidades operacionais de combate e garantir que dispõe da quantidade suficiente de material e da superioridade tecnológica de que poderá vir a necessitar no futuro. Isto significa impulsionar a nossa capacidade industrial de defesa nos próximos cinco anos."*

A Presidente da Comissão afirmou que **"a Europa tem de gastar mais, gastar melhor, gastar a nível europeu."** e que *"Nas próximas semanas, apresentaremos (...) a primeira Estratégia Europeia de Defesa Industrial de sempre."* que, juntamente com o EDIP, tem como *"um dos objectivos centrais dar prioridade às aquisições conjuntas no domínio da defesa."*, à semelhança do que foi feito *"com as vacinas ou, por exemplo, com o gás natural."* A ideia é *"a reduzir a fragmentação e a aumentar a interoperabilidade. Mas, para isso, temos de enviar coletivamente um sinal forte à indústria. É por isso que vamos estudar a forma de facilitar, por exemplo, os acordos de compra e venda. As empresas precisam de segurança e de saber que os produtos serão retirados. Ou, por exemplo, acordos de compra antecipada em que damos garantias."*

Por outro lado, von der Leyen anunciou também a identificação de *"projectos europeus de defesa de interesse comum, a fim de concentrar os esforços e os recursos nos domínios com maior impacto e valor acrescentado."* Em termos de financiamento, a presidente do Banco Europeu de Investimento, Nadia Calviño, vai apresentar aos ministros das Finanças, dentro de dois meses, ideias para financiar projectos que possam ser úteis tanto para fins civis como para militares. Calviño disse ao PE que o BEI já reservou 8 mil milhões de euros para projectos de defesa, um quarto dos quais já foi gasto.

O calendário de execução do programa EDIP é ambicioso, pois - de acordo com o que pudemos apurar - o objetivo é chegar a um **acordo final no início de 2025**. A ambição é que o Conselho se pronuncie durante a campanha eleitoral para o PE, havendo a expectativa de que o novo Parlamento possa tomar uma posição em novembro de 2024, para que as negociações interinstitucionais possam começar em dezembro.

Resolução sobre a Ucrânia

O PE aprovou uma resolução (451 votos a favor, 46 contra e 49 abstenções) em que faz o **balanço dos dois anos desde a invasão da Ucrânia pela Rússia**, a 24 de fevereiro de 2022, sublinhando que o principal objetivo é que a Ucrânia ganhe a guerra, alertando para as graves consequências que podem advir se tal não acontecer. Salienta-se que outros regimes autoritários estão a observar a evolução da situação para avaliarem a sua própria margem de manobra para exercerem políticas externas agressivas (detalhe [aqui](#) e resolução disponível [aqui](#)).

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

O PE reafirma a necessidade de a UE apoiar a Ucrânia com tudo o que for necessário para que Kiev vença a sua guerra contra a Rússia, notando que ainda existem grandes diferenças no nível de apoio militar prestado pelos Estados-Membros da UE à Ucrânia e apelam a que sejam feitos os investimentos necessários na base industrial de defesa europeia.

A resolução sublinha, ainda, a urgência de um regime jurídico sólido que permita que os ativos estatais russos congelados pela UE sejam confiscados e utilizados na reconstrução da Ucrânia e na indemnização das vítimas da guerra.

Discurso de Yulia Navalnaya e resolução sobre a oposição na Rússia

A viúva de Alexei Navalny discursou perante o PE (debate [aqui](#)), acusando o presidente Vladimir Putin de ter orquestrado a morte do marido (detalhe [aqui](#)). A Presidente do PE, Roberta Metsola, disse que *«para muitos na Rússia e no exterior, Alexei Navalny representou esperança. Esperança em dias melhores. Esperança numa Rússia livre»*, acrescentando que *«se a história nos ensina alguma coisa, é que os pilares da autocracia, no final, sempre desmoronam sob o peso da sua própria corrupção e do desejo inerente das pessoas em viver livremente. Quando inevitavelmente o fizerem, será graças a Alexei e sua família»*.

Yulia Navalnaya considerou que a morte de Navalny, a 16 de fevereiro, mostrou a todos que *«Putin é capaz de qualquer coisa e que não se pode negociar com ele»*. Expressou a sua apreensão pela ineficácia das atuais medidas restritivas da União Europeia para impedir a agressão da Rússia à Ucrânia, apelando a ideias mais inovadoras para derrotar o regime de Putin: *«Se realmente queres derrotar Putin, tens de te tornar um inovador (...) Não podes magoar Putin com outra resolução ou outro conjunto de sanções que não seja diferente das anteriores (...) Não estás a lidar com um político, mas com um mafioso sangrento (...) O mais importante são as pessoas próximas a Putin, os seus amigos, associados e detentores do dinheiro da máfia (...) Tu, e todos nós, temos de lutar contra este gangue criminoso»*.

Referiu-se, ainda, ao [funeral](#) de Alexey Navalny, realizado esta sexta-feira, e ao receio de que seja ordenada a prisão daqueles que decidirem comparecer.

Finalmente, a equipa de Alexei Navalny **divulgou um vídeo** ([aqui](#)), intitulado *"Porque é que Putin matou Navalny agora?"*, em que afirma que o político da oposição russa foi deliberadamente morto por ordem do Presidente Vladimir Putin, na véspera de uma troca de prisioneiros que o teria libertado em troca de um membro do FSB (serviços secretos russos) detido na Alemanha.

O PE aprovou ainda uma **resolução em que condena veementemente o assassinato de Alexei Navalny** e apoia plenamente Yulia Navalnaya na sua determinação em prosseguir o trabalho iniciado pelo marido, salientando que a plena responsabilidade penal e política pela sua morte cabe ao Estado russo e, em particular, ao seu presidente Vladimir Putin (detalhe [aqui](#) e texto da resolução [aqui](#)). O PE exige uma investigação internacional independente e transparente deste *“assassinato com o propósito de descobrir a verdade, garantir a responsabilização e fazer justiça”*.

Considera-se que o sistema político da Rússia é *“controlado por um regime autoritário consolidado, marcado por corrupção flagrante”*, e salienta-se que *«o povo da Rússia não pode ser confundido com o regime de guerra, autocrático e cleptocrático do Kremlin»*, manifestando *«solidariedade para com todos aqueles que, na Rússia e no exterior - apesar da repressão intencionalmente brutal e das graves consequências pessoais -, continuam a ter a coragem de falar a verdade»*.

Relatório anual sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC)

O PE aprovou os **relatórios anuais sobre a PESC e sobre a Política Comum de Segurança e Defesa**, onde defende três ideias centrais: preservar o equilíbrio entre a promoção dos valores da UE e a defesa dos interesses da UE; acelerar o alargamento, reformando simultaneamente os processos de decisão; e continuar a apoiar a

Ucrânia com os meios militares necessários para pôr termo ao conflito. O debate está disponível [aqui](#) e o detalhe [aqui](#).

Em matéria de **assuntos externos** (resolução [aqui](#)), considera-se que a guerra de agressão russa contra a Ucrânia criou um novo contexto geopolítico que põe em causa a segurança da UE. Assim, o PE considera que a UE deve reformular a sua política de vizinhança e acelerar o processo de alargamento, avançando ao mesmo tempo com reformas institucionais e de tomada de decisão, incluindo um roteiro para o trabalho futuro até ao verão de 2024. Além disso, enfatiza-se que o formato de cooperação preferencial deverá ser o **multilateral**, em particular a ONU e as suas agências. O PE considera ainda que o reforço das parcerias bilaterais e regionais permite à UE fazer valer os seus interesses a nível global. Os Deputados defendem que um compromisso de princípios e seletivo com a China constituirá o desafio mais premente para a UE a longo prazo. Finalmente, a resolução condena a resposta desproporcionada do exército israelita à situação humanitária em Gaza, e apela a um cessar-fogo permanente para que a ajuda possa ser prestada aos civis na Faixa de Gaza.

No que diz respeito à **segurança e defesa** (resolução [aqui](#)), o PE defende que, nesta era de grande incerteza geopolítica, o consenso europeu e transatlântico e a estreita cooperação da UE com parceiros que partilham as mesmas ideias são mais necessários do que nunca. A resolução destaca o papel desempenhado pelo Irão, pela Bielorrússia, pela Coreia do Norte e pela China no apoio à Rússia, cuja guerra na Ucrânia estimam fazer parte de uma estratégia mais alargada para minar a ordem internacional baseada em regras.

Alargamento e reformas

Foi aprovado o relatório sobre a visão política da UE a longo prazo e de reformas institucionais e financeiras para garantir a sua capacidade de absorver novos membros, que teve como co-relator o Deputado português Pedro Silva Pereira (S&D). Com 305 votos a favor, 157 contra e 71 abstenções, salienta que os processos de preparação para o alargamento devem ter lugar em paralelo, tanto na UE como nos países candidatos (detalhe [aqui](#) e texto da resolução [aqui](#)), nomeadamente através de ações que possam: i) tornar a **tomada de decisão mais eficaz**, afastando-se da unanimidade, através dos mecanismos existentes e futuros do Tratado; ii) tornar o **orçamento da UE mais eficaz** para permitir que a UE assuma novos compromissos; iii) permitir que os **países candidatos sejam progressivamente integrados** no mercado único durante o processo de negociação; iv) Definir roteiros e calendários intermédios para cada país aderente.

O co-relator [Pedro SILVA PEREIRA](#) (S&D, Portugal) afirmou: «*A mensagem política do Parlamento Europeu neste relatório é clara: para que o alargamento seja possível, para além de reformas importantes nos países candidatos, precisamos de reformas institucionais e financeiras a nível europeu. Caso contrário, a UE não estará pronta para absorver novos membros. Uma UE alargada, com 35 ou mais Estados-Membros, não pode funcionar com as regras atuais concebidas para 27. Se queremos ser sérios em relação ao alargamento, temos de reconhecer que são necessárias reformas europeias e que soluções criativas, uma vez que a integração diferenciada deve fazer parte da arquitetura institucional da UE*».

Aprovação do Regulamento Restauro da Natureza

O PE aprovou esta semana a legislação que define o objetivo de a União recuperar, pelo menos, 20 % das zonas terrestres e marítimas da UE até 2030 e de todos os ecossistemas que necessitam de restauro até 2050. Este Regulamento sobre Restauro da Natureza, acordado com os Estados-Membros, visa a regeneração dos ecossistemas degradados em toda a União Europeia, sendo que os Estados-Membros devem restaurar pelo menos 30 % dos habitats em mau estado até 2030, 60 % até 2040 e 90 % até 2050.

O Regulamento prevê um travão de emergência, conforme solicitado pelo Parlamento, para que as metas para os ecossistemas agrícolas possam ser suspensas em circunstâncias excecionais, como a redução drástica das terras necessárias para uma produção alimentar suficiente para o consumo da União Europeia.

O acordo alcançado com os Estados-Membros foi aprovado por 329 votos a favor, 275 votos contra e 24 abstenções. Será agora adotado pelo Conselho, antes de ser publicado no Jornal Oficial da UE, entrando em vigor 20 dias após a sua publicação.

Novas regras de transparência para a propaganda política

O PE aprovou esta semana regras relativas à **transparência e ao direcionamento da propaganda política, que cria regras para as campanhas eleitorais e referendos**, nomeadamente regulamentando os anúncios políticos, especialmente online, ao mesmo tempo que definem um quadro para os intervenientes políticos mais facilmente fazerem publicidade em toda a UE (detalhe [aqui](#) e texto final [aqui](#)).

Estas novas regras visam reforçar a confiança dos cidadãos nas campanhas eleitorais e ajudar a combater a desinformação e a ingerência estrangeira. Deste modo, a propaganda política terá de ser claramente identificada e os cidadãos, as autoridades e os jornalistas poderão facilmente obter informações sobre se estão a ser visados por um prestador de serviços de publicidade, os motivos pelos quais lhes é apresentado o anúncio, quem o paga, quanto está a ser pago e a que eleições ou referendo está associado. Toda a publicidade política e informações relacionadas serão armazenadas num repositório público online.

Para limitar a interferência estrangeira nos processos democráticos europeus, será proibido patrocinar anúncios provenientes de fora da UE no período de três meses antes de uma eleição ou referendo.

Com o intuito de proteger os eleitores da manipulação, as técnicas de direcionamento e distribuição só serão possíveis para a publicidade política online com base em dados pessoais **recolhidos junto da pessoa em causa, após esta ter dado o seu consentimento explícito e separado**. Não podem ser utilizadas categorias especiais de dados pessoais (por exemplo, etnia, religião, orientação sexual) ou dados de menores.

Estas regras apenas dizem respeito a anúncios políticos pagos. Não afetam o conteúdo dos anúncios políticos nem as regras sobre a condução e o financiamento de campanhas políticas. A Deputada [Maria-Manuel Leitão-Marques](#) (S&D, Portugal) é uma das relatoras-sombra deste dossiê.

No seguimento da adoção em sessão plenária (por 470 a favor, 50 contra e 105 abstenções), o Conselho tem de adotar formalmente o texto a seguir. As regras serão aplicáveis 18 meses após a entrada em vigor, enquanto as definições e medidas relativas à prestação não discriminatória de propaganda política transfronteiras (incluindo para os partidos políticos e os grupos políticos europeus) serão aplicáveis já 20 dias após a publicação no Jornal Oficial da UE.

Outros debates e resoluções

- Aprovação formal da revisão do QFP e do apoio à [Ucrânia](#)
- [Resolução sobre o relatório anual sobre o Estado de direito na UE](#)
- [Relatório anual sobre direitos humanos](#)
- Regras para [Transferências de resíduos: Eurodeputados adotam regras mais rigorosas](#)
- Lista alargada de [Crimes ambientais](#)
- Regras de proteção contra a [intimidação judicial](#)
- Novas regras de [Segurança rodoviária/Cartas de condução](#)

2. CIMEIRA DE APOIO À UCRÂNIA - PARIS

A semana ficou, ainda, marcada por uma **Conferência de apoio à Ucrânia** que, por iniciativa do Presidente francês, Presidente Emmanuel Macron, reuniu 27 Chefes de Estado e de Governo ou os seus representantes ministeriais no Palácio do Eliseu, no dia 26 de fevereiro.² O Primeiro-Ministro português também esteve presente nesta Cimeira ([aqui](#)). O Presidente **Zelensky** dirigiu-se aos líderes numa **mensagem de vídeo** e pediu-lhes que reforçassem o seu apoio (vídeo [aqui](#)).

Segundo o comunicado disponibilizado pela Presidência francesa (disponível [aqui](#), bem como a conferência de imprensa, [aqui](#)), esta conferência foi uma oportunidade para partilhar a observação da profunda desestabilização causada pela Rússia e a sua nova agressão contra a Ucrânia e a Europa, tendo os participantes reafirmado a sua unidade e determinação em derrotar a guerra de agressão russa na Ucrânia.

Os dirigentes chegaram a acordo sobre cinco categorias de acções relativamente às quais existe um consenso para tomar novas iniciativas: **ciberdefesa** ; **coprodução de armamento** na Ucrânia ; a **defesa dos países diretamente ameaçados** pela ofensiva russa na Ucrânia, em especial a Moldávia; a capacidade de **apoiar a Ucrânia** na sua fronteira com a Bielorrússia com forças não militares; operações de **desminagem**.

Nas suas considerações finais, o Chefe de Estado francês insistiu na necessidade de se avançar mais rapidamente na economia de guerra, começando pelas munições, sistemas de defesa terra-ar e mísseis de médio e longo alcance, e que **“nada deve ser excluído”** para derrotar a guerra de agressão da Rússia na Ucrânia.



A Cimeira ficou politicamente marcada pelas declarações finais de Emmanuel Macron, que afirmou que o envio de tropas ocidentais para a Ucrânia não deve ser excluído, assinalando que *"Não existe hoje um consenso para o envio oficial de tropas terrestres, mas nada está excluído"*, acrescentando que *"faremos tudo o que for necessário para garantir que a Rússia não possa ganhar esta guerra"* (cobertura noticiosa detalhada [aqui](#)). Assinalou, ainda, que *"A derrota da Rússia é indispensável para a segurança e estabilidade da Europa"*.

Numa entrevista ao *Politico* (disponível [aqui](#), incluindo a ligação para o [podcast](#)), a Primeira-Ministra da Estónia Kaja Kallas afirmou que **"tudo" deve estar em cima da mesa** para ajudar a Ucrânia a derrotar Putin,

² Estiveram presentes todos os Estados-Membros da UE, exceto a Hungria, Chipre e Malta. Além disso, marcaram presença o ministro da Defesa do Canadá, Bill Blair, o Ministro da Defesa, Jim O'Brien, o subsecretário de Estado dos EUA para a Europa, Jim O'Brien, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, David Cameron.

acrescentando que *"são também os sinais que estamos a enviar à Rússia, de que não estamos a excluir outras possibilidades"*. O ministro dos Negócios Estrangeiros lituano, Gabrielius Landsbergis, também se congratulou com a discussão lançada por Emmanuel Macron, salientando que *"nenhuma opção pode ser rejeitada de imediato"* (notícia [aqui](#)).

Por outro lado, o vice-chanceler **alemão** Robert Habeck **rejeitou a sugestão do Presidente francês**, Emmanuel Macron, de que o envio de tropas ocidentais para a Ucrânia não deveria ser excluído, afirmando que *"não há hipótese"* de enviar tropas terrestres para a Ucrânia. Referiu mesmo que estava *"satisfeito com o facto de a França estar a pensar em como aumentar o seu apoio à Ucrânia, mas se me permitem dar um conselho, forneçam mais armas"*.

O porta-voz do Kremlin reagiu às declarações de Macron, notando que o envolvimento de tropas ocidentais para a Ucrânia significa um conflito direto entre a Rússia e a NATO (notícia [aqui](#)). Na 5.ª feira, Vladimir Putin proferiu um discurso no Parlamento russo (notícia [aqui](#)), em que advertiu a NATO contra o envio de tropas para ajudar a Ucrânia, numa ameaça nuclear explícita. Afirmou que *"Falou-se em enviar contingentes da NATO para a Ucrânia. Mas lembramo-nos do destino daqueles que enviaram contingentes [no passado]. Agora, as consequências para os intervencionistas serão muito mais trágicas"*, acrescentando que *"Também nós temos armas que podem atingir alvos no seu território. Isto ameaça de facto um conflito com armas nucleares e, consequentemente, a destruição da civilização"*.

3. ALARGAMENTO DA UE - UCRÂNIA

A Presidente da Comissão Europeia realizou uma visita a Kiev para assinalar os dois anos da agressão russa na Ucrânia, tendo referido que (declaração [aqui](#)), sobre o percurso de adesão da Ucrânia, foi iniciado o processo de identificação dos capítulos e que *"da parte da Comissão (...) apresentaremos o quadro de negociação em meados de março."*

Recorde-se que, como demos nota na Síntese anterior, e na conferência de imprensa do PPE que se seguiu ao anúncio da candidatura de von der Leyen para um segundo mandato como Presidente da Comissão, referia que, no que diz respeito às negociações de adesão da **Ucrânia**, o quadro de negociação apenas deverá estar finalizado após as eleições europeias. Parece ficar subentendido que a Comissão apresentará a proposta no calendário definido, e que depois o processo seguirá o seu curso a nível do Conselho da UE.

4. ADESÃO DA SUÉCIA À NATO

A Assembleia nacional húngara ratificou esta semana a **adesão da Suécia à NATO**, eliminando assim o último obstáculo para que este país se torne o 32º membro de pleno direito da aliança militar. A Suécia solicitou a adesão à aliança militar ocidental em resposta ao ataque da Rússia à Ucrânia, poucos meses após o início da invasão, pondo fim à sua longa tradição de alinhamento não militar. O Presidente interino da Hungria, László Kövér, tem agora cinco dias para assinar o documento, após o que este será enviado para os Estados Unidos e entregue ao Departamento de Estado, depositário oficial dos protocolos de adesão de todos os membros da NATO.

5. 100 DIAS PARA AS ELEIÇÕES EUROPEIAS

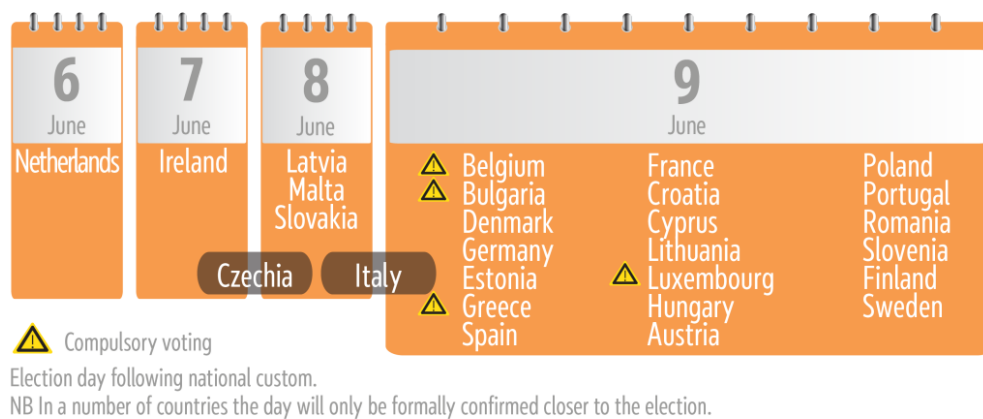
O *think-tank* do PE assinalou esta semana **o facto de que estamos a 100 dias da realização das eleições para o PE**, de 6 a 9 de junho de 2024, tendo publicado um *briefing* ([aqui](#)) sobre diversos aspetos relacionados com as eleições.

Em simultâneo, publicou um trabalho sobre a evolução do PE e dos seus poderes desde as primeiras eleições em 1979, disponível [aqui](#).

Estes trabalhos permitem aprofundar alguns temas relacionados com as eleições e os cidadãos, sendo de destacar o calendário eleitoral (figura abaixo) e outros como: [2024: regras nacionais para as eleições](#); [a lei eleitoral para o PE](#); [o PE e os cidadãos enquanto eleitores](#); [70 anos de grupos políticos transnacionais no PE: origens e percurso](#); [equilíbrio de género nas eleições para o PE: o que podem alcançar as quotas?](#); [Pessoas com deficiência e as eleições](#); [Votar do estrangeiro no PE](#); [direitos de voto para pessoas em situação de prisão](#).

Uma explicação detalhada de todas as datas e momentos essenciais, incluindo a constituição do novo PE, a eleição da Comissão, etc, está disponível neste [vídeo](#).

Election day



EPRS | European Parliamentary Research Service

O Observatório Político do Instituto Jacques Delors também tem publicado vários trabalhos relevantes sobre este tema, disponíveis [aqui](#).

Neste âmbito, Věra Jourová, a Vice-Presidente para os Valores e a Transparência da Comissão Europeia iniciou esta semana o que chamou de *Volta pela Democracia*, em que visitará vários Estados-Membros para debater estratégias de combate à desinformação e à interferência estrangeira nos processos eleitorais. Este périplo iniciou-se na Finlândia, tendo visitado e.g. o Centro Europeu de Excelência para o Combate às Ameaças Híbridas, que se centra na luta contra estratégias que combinam acções militares, operações de desinformação, ciberataques e outros meios não convencionais para desestabilizar ou influenciar um Estado sem conflito aberto. A próxima visita será à Itália, a 7 de março.

Em entrevista ao *Politico* ([aqui](#)), Věra Jourová considerou-se “uma protetora do sistema”, afirmando que “[As eleições] não devem tornar-se numa guerra tecnológica em que o eleitor é apenas uma vítima de manipulação oculta.” Manifestou o seu receio de que, sem uma preparação adequada, os deepfakes - vídeos de figuras políticas gerados por Inteligência Artificial (IA) que parecem genuínos - possam ser “uma bomba atómica ... para mudar o rumo das preferências dos eleitores”. Afirmou que “Quando a IA é utilizada, não é necessário um exército de trolls [das redes sociais], o que é dispendioso”, pois “É uma máquina afinada, que pode inundar radicalmente, dramaticamente, o espaço de informação”.



Jourová anunciou dois objectivos: Ligar os governos às empresas de meios de comunicação social, como o YouTube e o Facebook, para que as tentativas de desinformação dirigidas a um país possam ser rapidamente desativadas; e verificar se os processos internos dos Estados-Membros estão a funcionar.

6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho dos Ministros da Agricultura e Pescas

Realizado a 26 de fevereiro (detalhe [aqui](#)), e marcado pelos **protestos dos agricultores em Bruxelas** nesse dia, o Conselho debateu a atual crise e os desafios do setor, com base nas informações da Presidência e num documento oficioso sobre medidas de simplificação elaborado pela Comissão Europeia (disponível [aqui](#)).

As medidas a curto prazo propostas pela Comissão e aprovadas pelo Conselho centram-se na redução dos encargos administrativos e da burocracia exigidos tanto aos agricultores como às administrações nacionais (e.g. alterações às regras relativas à norma BCAA 1 - a obrigação de manter as superfícies de prados permanentes estáveis em comparação com o ano de referência de 2018), bem como a próxima revisão, pela Comissão, da metodologia de avaliação da qualidade do sistema de vigilância de superfícies. Além disso, o Conselho congratulou-se com o facto de a Comissão ter clarificado a utilização do chamado conceito de força maior ou circunstâncias excepcionais, que garante que não sejam impostas sanções aos agricultores que não possam cumprir todos os requisitos da PAC devido a acontecimentos imprevisíveis fora do seu controlo (por exemplo, em casos de secas graves ou inundações). O Conselho congratulou-se igualmente com o próximo inquérito dirigido aos agricultores, que a Comissão fará em março, tendo também decidido simplificar o processo de alteração dos planos estratégicos da PAC. Em paralelo, continuará a decorrer o diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura lançado pela Comissão.

Negócios Estrangeiros (Comércio)

A [reunião](#) realizou-se à margem da [13.ª Conferência Ministerial \(CM13\) da Organização Mundial do Comércio \(OMC\)](#), em Abu Dabi. Teve lugar uma primeira reunião em 25 de fevereiro, antes do início da conferência, na qual o Conselho adotou um conjunto de conclusões que descrevem em pormenor as expectativas da UE para a Conferência Ministerial. Posteriormente, a Comissão consultou regularmente os Estados-Membros sobre a evolução da situação durante a conferência. Os Ministros centraram-se nas **principais prioridades da UE para a CM13**, nomeadamente: reformar as funções essenciais da OMC e, em especial, restabelecer um sistema de resolução de litígios plenamente funcional e eficaz; chegar a acordo sobre uma solução multilateral duradoura para o atual bloqueio do Órgão de Recurso; reforçar as deliberações sobre questões fundamentais para o sistema comercial, como a política comercial e industrial e o impacto dos desafios ambientais globais no comércio mundial; a conclusão da segunda fase das negociações sobre os subsídios à pesca; e a prorrogação da moratória sobre o comércio eletrónico e o programa de trabalho sobre o comércio eletrónico. Por último, o Conselho saudou vivamente a adesão das Comores e de Timor-Leste à OMC.

Reunião informal dos ministros da Igualdade

Realizada em Bruxelas, esta reunião (detalhe [aqui](#)), tinha como objetivo fazer uma retrospectiva da atual legislatura do PE e da Comissão e lançar as bases para o próximo mandato, debatendo as seguintes questões: i) Como podemos colocar a igualdade de género no centro da transformação em curso da sociedade europeia no contexto das transições económica, ecológica e digital?; ii) O que pode ser feito para reforçar os mecanismos institucionais da política de igualdade de género, incluindo no âmbito do Conselho?; iii) Aprofundar e reforçar os mecanismos institucionais da política de igualdade de género e de integração da perspectiva de género na UE

À margem da reunião, as Ministras da Igualdade de Género do trio de Estados-Membros que exercem consecutivamente a Presidência do Conselho da UE (ou seja, Espanha, Bélgica e Hungria) assinaram

oficialmente a [Declaração Conjunta sobre a Igualdade de Género](#) adotada no início da Presidência Espanhola. Nesta declaração, a Espanha, a Bélgica e a Hungria assumem o firme compromisso de fazer da igualdade entre homens e mulheres uma realidade para todos na Europa.

Reunião informal dos Ministros da Educação

Realizado a 1 de março (detalhe [aqui](#)), este encontro centrou-se no debate sobre a promoção da mobilidade estudantil e a cooperação no ensino superior, da qual o programa Erasmus+ é uma das formas mais visíveis. Esta reunião ministerial informal tinha por objetivo abordar, mais especificamente, a mobilidade dos diplomas e os seus vários aspectos associados, de modo a que a Presidência belga possa elaborar um documento que sintetize as principais questões suscitadas.

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das Comissões e dos grupos políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [6 de março](#), sendo de destacar a Estratégia industrial europeia de defesa e o Programa Europeu de Investimento no Sector da Defesa (EDIP), de que demos nota no Ponto 1.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se: [Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\), 4-5 de março de 2024](#); [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Energia](#) a 4 de março; [Conselho de Competitividade](#), a 7 de março.

Cooperação interparlamentar

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da UE, terá lugar em Bruges, de 3 a 5 de março de 2024, a **Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD**³, estando a AR representada por uma delegação composta pelos seguintes Deputados: Susana Barroso (PS) e António Prôa (PSD), da Comissão de Defesa Nacional, Ivan Gonçalves (PS) e Dinis Ramos (PSD), da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e Jorge Seguro Sanches (PS) e Firmino Marques (PSD), da Comissão de Assuntos Europeus. O detalhe da reunião pode ser consultado [aqui](#).

Bruxelas | 1 de março de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).

³ Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa